

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.569.617 - DF (2019/0255660-1)**

**RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**AGRAVANTE : NIVALDO ALVES DA SILVA (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por NIVALDO ALVES DA SILVA, em adversidade à decisão que inadmitiu recurso especial manejado com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, cuja ementa é a seguinte (e-STJ fl. 66):

*RECURSO DE AGRAVO. VARA DE EXECUÇÕES PENAIS. DIREITO DO PRESO DE RECEBER VISITA. COMPANHEIRA RESPONDENDO A PROCESSO CRIMINAL DE TRÁFICO ILÍCITO DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE. INDEFERIMENTO.*

*1. O artigo 41, inciso X, da Lei de Execução Penal assegura ao preso o direito de receber visitas do cônjuge, da companheira, de parentes e de amigos, em dias determinados, constituindo importante instrumento viabilizador da ressocialização do preso/sentenciado. O direito, contudo, não é absoluto, podendo ser restringido ou suspenso, conforme as circunstâncias do caso concreto.*

*2. A companheira do agravante responde a processo criminal por ingressar em presídio com substâncias entorpecentes, situação que, por si só, demonstra não ser recomendável a visita a familiar internado em estabelecimento prisional, pois essa exposição é considerada prejudicial à sua reeducação.*

*3. Recurso desprovido.*

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 76/86), alega a parte recorrente violação dos artigos 1º e 41, inciso X, ambos da Lei n. 7.210/1984 (Lei de Execução Penal - LEP).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Sustenta, em síntese, que [...] a restrição ou suspensão do direito do preso de receber visitas regulares de sua companheira só se justifica em situações excepcionais e idôneas, isto é, quando tiver sido imposta sanção disciplinar, conforme dispõe o art. 53, inciso III, da LEP, o que não é a hipótese dos autos.

Aduz que o fato de a companheira do condenado se encontrar cumprindo pena em regime aberto, em decorrência de condenação pela prática do delito de tráfico de drogas não constitui motivação idônea para o indeferimento do pedido de visita.

Argumenta, ainda, que [...] a alegada necessidade de ordem e controle de difusão de drogas no estabelecimento prisional não deve recair em ônus para o apenado e nem para sua companheira, mas sim para o Estado, por meio da direção do estabelecimento prisional em conjunto com os demais órgãos estatais incumbidos da aplicação da lei penal. (e-STJ fl. 82).

Busca apresentar dissídio jurisprudencial.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 91/92), o Tribunal *a quo* inadmitiu o recurso especial (e-STJ fls. 93/94), dando ensejo à interposição do agravo ora apreciado.

O Ministério Público Federal, instado a se manifestar nesta instância, opinou pelo provimento do agravo em recurso especial, nos termos do parecer assim ementado (e-STJ fl. 120):

**PENAL. PROCESSO PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. DIREITO À VISITAÇÃO. NEGATIVA AO CÔNJUGE QUE RESPONDE PROCESSO POR INGRESSAR COM SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES [SIC] EM PRESÍDIO. O ACESSO AO SISTEMA PRISIONAL DEVE SER PERMITIDO DESDE QUE O ENCONTRO OCORRA EM DIA E HORA PREVIAMENTE DETERMINADOS E COM VIGILÂNCIA. MANUTENÇÃO DO VÍNCULO FAMILIAR.**

**PARECER PELO PROVIMENTO DO AGRAVO.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

É o relatório. **Decido.**

Preenchidos os requisitos formais e impugnado o fundamento da decisão agravada, conheço do agravo.

Passo, então, à análise do recurso especial.

A Corte *a quo*, ao manter o indeferimento da visita da companheira do acusado, assim consignou (e-STJ fls. 67/71):

[...]

*Extrai-se dos autos que a Defensoria Pública formulou pedido de autorização de visita (ID 8454279) em favor da companheira do agravante, a qual está respondendo a processo criminal junto à Segunda Vara de Entorpecentes do Distrito Federal (processo nº 2018.01.1.035242-2), tendo sido beneficiada com liberdade provisória.*

*O pedido foi negado pelo MM. Juiz de Direito da VEP (ID 8454279) com lastro nos seguintes fundamentos:*

*Trata-se de pedido de visitas formulado por LEONILDA BEZERRA DO NASCIMENTO, que está sendo processada pela prática de tráfico no interior de presídio.*

*Ouvido, o Ministério Público manifestou-se regularmente nos autos.*

*E o relatório. Decido.*

*O pedido não comporta acolhimento.*

*Com efeito, o art. 64, do Código Penitenciário do Distrito Federal, foi declarado inconstitucional em decisão proferida pelo TJDF, nos autos da ADI 2017.00.2.020.824-6. A visitação, portanto, voltou a ser disciplinada pela Portaria VEP/DF nº 8/2016, que, em seu art. 5º, impede a visitação por quem está sendo processado pela prática de tráfico no interior de estabelecimento prisional, como se dá no presente caso.*

*Assim, INDEFIRO o pedido de autorização de visitas.*

*O artigo 41, inciso X, da Lei de Execução Penal, assegura ao preso o direito de receber "visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados", constituindo importante instrumento viabilizador da ressocialização do preso/sentenciado.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Esse direito, no entanto, não possui caráter absoluto ou irrestrito, podendo ser restringido ou suspenso por ato motivado do diretor do presídio, nos termos do parágrafo único do referido artigo. Por conseguinte, se a autoridade administrativa pode impedir a visita ao preso, com maior razão essa prerrogativa pode ser exercida pelo Juízo das Execuções Criminais, desde que o faça motivadamente.*

*Como bem destacou o Parquet (ID 8454283), ao regular o ingresso de visitantes nos estabelecimentos prisionais do Distrito Federal, o Juízo da VEP editou a Portaria nº 8, de 25 de outubro de 2016, que impõe a restrição que se segue:*

*Art. 5º. É permitida a visita de pessoas que estejam respondendo a ação penal em liberdade provisória, ou sujeita a medida cautelar diversa da prisão, salvo se o crime pelo qual responde for tráfico de entorpecentes cometido em estabelecimento prisional, ou o Juízo criminal tiver estabelecido condição expressa que impeça o acesso a estabelecimento prisional ou o contato com pessoa privada de liberdade, ou, ainda, se o visitante figurar como correu na ação penal em razão da qual o interno estiver recolhido.*

*§1º. A pessoa que responde a Ação Penal em virtude da prática de tráfico de entorpecentes cometido nas dependências de estabelecimento prisional permanecerá impedida de ingressar em qualquer unidade do sistema carcerário independentemente da existência de sentença penal condenatória a respeito, e perdurará o impedimento até o advento de decisão absolutória ou o integral cumprimento da pena eventualmente imposta.*

*Ressalte-se que a Portaria em comento está em perfeita consonância com o art. 66, incs. VI e VII, da Lei de Execuções Penais, o qual dispõe que incumbe ao Juízo da VEP zelar pelo correto cumprimento da pena e de medida de segurança e, ainda, inspecionar, mensalmente, os estabelecimentos prisionais, tomando providências para o adequado funcionamento e promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade.*

*Destaque-se, ainda, que a reserva contida no aludido instrumento normativo encontra-se perfilhada à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Vejamos:*

**RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. AUTORIZAÇÃO DE VISITA PELA COMPANHEIRA. INDEFERIMENTO. TENTATIVA ANTERIOR DE ENTRAR**

*COM DROGAS NO PRESÍDIO. MOTIVAÇÃO CONCRETA. ART. 41, X, DA LEI N. 7.210/1984. DIREITO NÃO ABSOLUTO. 1. O direito do preso à visitação não é absoluto e pode ser restringido mediante ato motivado. 2. O alcance do art. 41, X, da LEP foi limitado em relação à companheira do recorrente porque ela, em data anterior, tentou ingressar no mesmo estabelecimento prisional com 91,77 g de maconha e, com isso, violou norma que disciplina a entrada de pessoas interessadas em visitar custodiados, independentemente de sua conduta constituir o crime de tráfico de drogas, pelo qual foi condenada a cumprir penas restritivas de direitos. 3. Merece prestígio a ponderação - razoável e adequada - do Tribunal de Justiça, principalmente porque foi destacado pelo Juízo das Execuções que a situação impeditiva não possuía caráter perpétuo e a motivação está vinculada à segurança prisional e à ressocialização do interno, que recebia a visita de outros parentes. 4. Recurso especial não provido. (REsp 1690426/DF, Rel. Ministro Rogério Schietti Cruz, 6ª Turma, julgado em 10/10/2017, DJe 19/10/2017; grifo nosso)*

*No presente caso, em consulta ao site do TJDF, constata-se que a visitante está sendo processada pela prática de tráfico no interior de estabelecimento prisional, tendo sido presa pela prática, em tese, do delito tipificado no artigo 33, caput, e no artigo 40, inciso III, ambos da Lei 11.343/06. Ademais, foi concedida à visitante a liberdade provisória com condição expressa que proíbe o ingresso no Sistema Prisional (processo n° 2018.01.1.035242-2, da 2ª Vara de Entorpecentes do DF). Confira-se:*

*Cuida-se de análise do auto de prisão em flagrante, inquérito policial n° 1495/2018, da 30ª Delegacia de Polícia, Ocorrência Policial n.º 10076/2018, 30ª Delegacia de Polícia, processo n° 2018.01.1.035242-2, 02ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal, lavrado em desfavor de LEONILDA BEZERRA DO NASCIMENTO, preso(a) pela prática, em tese, do delito tipificado no artigo 33, caput, e no artigo 40, inciso III, ambos da Lei n.º 11.343/06. E o breve relato. DECIDO. (...) Pelo exposto, **RESTITUO, A LIBERDADE, sem fiança, a LEONILDA BEZERRA DO NASCIMENTO, nascido(a) aos 16/09/1983, filho(a) de João Rodrigues do Nascimento e Maria de Fatima Bezerra dos Santos; imponho-lhe as seguintes medidas: (...) III - proibição de ingresso no Sistema Prisional.** (Grifo nosso)*

*Malgrado não tenha havido ainda a condenação, não se mostra*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*recomendável a visita perquirida, porque foi justamente, nesse cenário, em que a companheira do agravante, em tese, praticou o crime de tráfico de drogas.*

*Assim, mostra-se patente que o contato entre o agravante e sua companheira deve ser atualmente limitado, mormente para resguardá-la dos efeitos maléficos advindos dessa relação.*

*[...]*

***Convém ressaltar, por fim, que a restrição ao direito de visita limita-se apenas à companheira do apenado, não abrangendo, assim, o direito de outros familiares e amigos que se encontram em adequadas condições de visitá-lo. Além do mais, a limitação imposta à companheira do agravante não tem caráter definitivo, podendo ser analisada em outra oportunidade.***

*Dessa forma, mantenho a decisão que indeferiu o pedido de autorização de visitas por ele formulado.*

*[...]. - grifei*

Como é cediço, o art. 41, inciso X, da LEP confere aos presos o direito de serem visitados por cônjuge, companheira, parentes e amigos em dias determinados.

Acerca da matéria, é firme a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que referido direito do apenado, embora relevante para o processo de reinserção do preso à sociedade e imprescindível para a manutenção dos seus laços familiares, não possui natureza absoluta e deve ser sopesado, de acordo com a situação específica vivenciada no caso concreto, em conjunto com outros princípios, dentre os quais o que visa a garantir a disciplina e a segurança dentro dos estabelecimentos prisionais, velando, por consequência, também pela integridade física tanto dos reclusos quanto dos que os visitam.

Nessa linha, os seguintes julgados:

***RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO DO PRESO DE RECEBER VISITAS. LIMITAÇÃO DO GRAU DE PARENTESCO DAS PESSOAS QUE PODEM SER INCLUÍDAS NO ROL DE VISITANTES DO REEDUCANDO POR MEIO DE RESOLUÇÃO DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DE SÃO***

**PAULO. FALTA DE RAZOABILIDADE. DIREITO DA TIA DE VISITAR O SOBRINHO.**

1. A competência para dispor sobre direito penitenciário é concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal (art. 24, I, da CF), tendo a LEP outorgado à autoridade administrativa prisional o poder de regular a matéria, no que toca a questões disciplinares.

2. O direito do preso de receber visitas, assegurado pelo art. 41, X, da Lei de Execuções Penais (Lei 7.210/1.984), não é absoluto e deve ser sopesado, de acordo com a situação específica vivenciada no caso concreto, em conjunto com outros princípios, dentre os quais o que visa a garantir a disciplina e a segurança dentro dos estabelecimentos prisionais, velando, por consequência, também pela integridade física tanto dos reclusos quanto dos que os visitam.

3. A administração disciplinar típica da competência da autoridade prisional diz respeito, por exemplo, ao número máximo de pessoas que podem efetuar visitas por vez (o que se justifica plenamente diante da capacidade física do presídio de acomodar um certo número de pessoas com um mínimo de conforto e segurança), à organização dos cadastros para controle dos que têm acesso ao estabelecimento prisional, os documentos, comprovantes e trâmites administrativos que lhes são exigidos, necessidade (ou não) de revista prévia do visitante, dia, local e duração das visitas, restrição de transporte de bens para o presídio, zelo pela ordem e atenção a regras durante o período de visita etc.

4. No entanto, ao limitar o grau de parentesco das pessoas que podem ser incluídas no rol de visitantes do reeducando a parentes de 2º grau, o art. 99 da Resolução SAP 144, de 29/06/2010, que instituiu o Regimento Interno Padrão das Unidades Prisionais do Estado de São Paulo, desbordou de sua competência, tratando de matéria não afeta ao poder disciplinar, na medida em que não cabe à autoridade prisional pré-definir o nível de importância que os parentes têm para os reeducandos, elegendo alguns que têm mais direito a visitá-los do que outros. A regra não leva em conta a possibilidade de existência de um vínculo afetivo significativo entre uma tia e um sobrinho que, por exemplo, tenha ajudado a criar, ou mesmo que exerça a figura de efetiva educadora do sobrinho em virtude da circunstancial ausência dos pais.

5. Da mesma forma, ao restringir a possibilidade de ingresso no rol de visitantes do preso de parentes mais distantes à

# *Superior Tribunal de Justiça*

*inexistência de parentes mais próximos, a Resolução (art. 101, § 1º) desborda de sua competência e, sem nenhuma justificativa razoável para tanto, impõe limitação não constante no art. 41, X, da Lei de Execuções Penais (Lei 7.210/1.984).*

*6. Se podem ser incluídas até 8 (oito) pessoas no rol de visitantes do preso e, nos termos do art. 102, I, da Resolução, tal inserção depende da concordância, por escrito, do executado, parece bem mais razoável seja o preso a indicar aqueles parentes cuja convivência lhe é mais cara ao coração.*

*7. Essa particular forma de parametrar a interpretação da lei (no caso, a LEP e resoluções dela decorrentes) é a que mais se aproxima da Constituição Federal, que faz da cidadania e da dignidade da pessoa humana dois de seus fundamentos (incisos II e III do art. 3º). Mais: Constituição que tem por objetivos fundamentais erradicar a marginalização e construir uma sociedade livre, justa e solidária (incisos I e III do art. 3º). Tudo na perspectiva da construção do tipo ideal de sociedade que o preâmbulo de nossa Constituição caracteriza como "fraterna" (HC 94163, Relator Min. CARLOS BRITTO, Primeira Turma do STF, julgado em 02/12/2008, DJe-200 DIVULG 22-10-2009 PUBLIC 23-10-2009 EMENT VOL-02379-04 PP-00851).*

*8. Recurso provido, para determinar à autoridade apontada como coatora que não crie óbices à inclusão do nome da impetrante (tia do detento) no rol de visitas do reeducando em virtude de nele já constar o nome de sua mãe e de sua companheira que o visitam frequentemente (ou mesmo de outros parentes até 2º grau), se forem ditos óbices fundados unicamente na restrição posta no caput do art. 99 e no § 1º do art. 101 da Resolução SAP 144, de 29/06/2010. (RMS 56.152/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 3/4/2018, DJe 13/4/2018).*

**AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. DIREITO DE VISITA. COMPANHEIRO PRESO. INDEFERIMENTO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. DIREITO NÃO ABSOLUTO. INVIABILIDADE DE MANEJO DO HABEAS CORPUS PARA DISCUSSÃO DE QUESTÕES CONCERNENTES AO DIREITO DE VISITAÇÃO.**

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que "o direito de visitação não é absoluto, de modo que a forma de seu exercício pode e deve ser regulamentada pela administração penitenciária e pelo Juízo das execuções." (AgRg no HC 393.846/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA*



# *Superior Tribunal de Justiça*

FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 20/06/2017).

2. No caso, não foi autorizada a entrada da agravante na Penitenciária II de Presidente Venceslau, onde seu companheiro está preso, pois estava utilizando aplique capilar.

3. Nos termos do entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, o direito de visita em unidade prisional destoa da finalidade constitucional do remédio heróico, uma vez que o objeto tutelado pelo habeas corpus é a liberdade de locomoção quando ameaçada por ilegalidade ou abuso de poder, sendo inviável, em regra, o manejo desta ação para questões concernentes ao direito de visitação, o que parece ser o caso dos autos.

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 402.580/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 7/11/2017, DJe 14/11/2017).

**EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. DIREITO DE VISITA. ENTRADA DE CRIANÇA EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL. NEGADO. PREPONDERÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE FÍSICA, MORAL E PSICOLÓGICA. DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. WRIT NÃO CONHECIDO.**

[...]

2. Segundo reiterada jurisprudência desta Corte, o direito de visita, disposto no art. 41, X, da Lei de Execução Penal, embora seja relevante para o processo de reinserção do preso à sociedade e imprescindível para a manutenção dos seus laços familiares, não ostenta natureza absoluta e deve ser concedido após a análise das circunstâncias do caso concreto.

3. Não há ilegalidade na decisão impugnada que negou ao paciente o direito à visitação, diante da necessidade de se assegurar a integridade física e psíquica de seu neto, com fulcro na doutrina da proteção integral e no art. 227 da Constituição Federal (Precedentes).

4. Writ não conhecido. (HC 333.115/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 21/6/2016, DJe 28/6/2016).

# Superior Tribunal de Justiça

Não se desconhece a jurisprudência desta Corte segundo a qual o direito de visitação, com o objetivo de ressocialização do apenado, não pode ser negado à companheira do apenado, com fundamento exclusivamente no fato de ela estar cumprindo pena em regime aberto. Precedentes: AgRg no REsp 1475961/DF, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), Quinta Turma, DJe 13/10/2015; AgRg no REsp 1556908/DF, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, DJe 05/11/2015.

Na espécie, contudo, verifico que a Corte *a quo* decidiu pela manutenção do indeferimento da visitação da companheira do recorrente em razão das circunstâncias do caso concreto, consignando expressamente que [...] *a visitante está sendo processada pela prática de tráfico no interior de estabelecimento prisional, tendo sido presa pela prática, em tese, do delito tipificado no artigo 33, caput, e no artigo 40, inciso III, ambos da Lei 11.343/06. Ademais, foi concedida à visitante a liberdade provisória com condição expressa que proíbe o ingresso no Sistema Prisional [...]* (e-STJ fl. 69).

Nesse contexto, ao revés do que alega o recorrente, a motivação em razão da qual foi negado à sua companheira o direito de visitá-lo não decorreu do simples fato de esta se encontrar cumprindo pena privativa de liberdade pelo delito de tráfico de drogas, mas de não se mostrar recomendável a visita desta, uma vez que ela já tentou ingressar em estabelecimento prisional com entorpecentes, além da circunstância de que a liberdade provisória a ela concedida expressamente proíbe o seu ingresso em estabelecimento prisional.

Dessa forma, constata-se que as instâncias originárias, analisando as circunstâncias do caso concreto, bem fundamentaram o indeferimento da visitação pleiteada, não havendo qualquer ilegalidade no acórdão recorrido.

Nessa mesma linha, os seguintes julgados:

**EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO**

*EM RECURSO ESPECIAL. PLEITO DE VISITAÇÃO EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL. INDEFERIMENTO. DIREITO CUJO EXERCÍCIO NÃO SE MOSTROU RECOMENDÁVEL NA ESPÉCIE. NECESSIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA N. 7. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

*1. Ao contrário do afirmado pelo agravante, o fundamento em razão do qual foi negado à sua companheira o direito de visitá-lo não foi a mera circunstância de ela estar a cumprir pena privativa de liberdade também pelo delito de tráfico de drogas, mas sim o fato de não se mostrar recomendável, uma vez que ela já tentou ingressar em estabelecimento prisional com entorpecentes.*

*2. E tendo as instâncias locais chegado à conclusão de não ser prudente a visita da companheira ao agravante no presídio, para decidir em sentido contrário, esta corte teria, sem sombra de dúvida, de fazer uma nova esmerilação dos fatos e do acervo probatório, o que é absolutamente vedado pelo obstáculo da Súmula n. 7.*

*3. Dessa forma, a decisão agravada deve ser mantida intacta por estar na mais absoluta harmonia com a jurisprudência desta Corte, assentada no sentido de que o direito de visitação não é absoluto, devendo ser verificado caso a caso.*

*4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 1077486/DF, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 27/10/2017)*

*RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. AUTORIZAÇÃO DE VISITA PELA COMPANHEIRA. INDEFERIMENTO. TENTATIVA ANTERIOR DE ENTRAR COM DROGAS NO PRESÍDIO. MOTIVAÇÃO CONCRETA. ART. 41, X, DA LEI N. 7.210/1984. DIREITO NÃO ABSOLUTO.*

*1. O direito do preso à visitação não é absoluto e pode ser restringido mediante ato motivado.*

*2. O alcance do art. 41, X, da LEP foi limitado em relação à companheira do recorrente porque ela, em data anterior, tentou ingressar no mesmo estabelecimento prisional com 91,77 g de maconha e, com isso, violou norma que disciplina a entrada de pessoas interessadas em visitar custodiados, independentemente de sua conduta constituir o crime de tráfico de drogas, pelo qual foi condenada a cumprir penas restritivas de direitos.*

# Superior Tribunal de Justiça

3. Merece prestígio a ponderação - razoável e adequada - do Tribunal de Justiça, principalmente porque foi destacado pelo Juízo das Execuções que a situação impeditiva não possuía caráter perpétuo e a motivação está vinculada à segurança prisional e à ressocialização do interno, que recebia a visita de outros parentes.

4. Recurso especial não provido. (REsp 1690426/DF, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 19/10/2017).

Citem-se, ainda, as seguintes decisões monocráticas proferidas em casos análogos: REsp 1722087/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, DJe 25/4/2018; AREsp 1250421/DF, Rel. Ministro FELIX FISCHER, DJe 23/4/2018; REsp 1713504/DF, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, DJe 22/3/2018.

Ademais, dissentir do acórdão recorrido – que manteve o indeferimento de autorização de visita ao condenado, por constatar que as circunstâncias do caso concreto demonstram que o deferimento do direito não se mostra adequado aos fins estabelecidos pela pena –, como requer a parte recorrente, demandaria, invariavelmente, nova incursão no acervo probatório, providência incabível em sede de recurso especial, ante o óbice contido na Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inciso IV, alínea "a", do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, inciso II, alínea "b", do RISTJ, **conheço** do agravo para **negar provimento** ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator